



154

POLÍTICA PARTIDÁRIA E GESTÃO FISCAL NO BRASIL: AS IDEOLOGIAS IMPORTAM?

Aluno Doutorado/Ph.D. Student Alann Inaldo Silva de Sá Bartoluzzio [ORCID iD](#), Doutor/Ph.D. Claudia Ferreira da Cruz [ORCID iD](#), Doutor/Ph.D. Marcelo Alvaro da Silva Macedo [ORCID iD](#), Doutor/Ph.D. Odilanei Moraes dos Santos [ORCID iD](#)

UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil

Aluno Doutorado/Ph.D. Student Alann Inaldo Silva de Sá Bartoluzzio

[0000-0002-0046-4513](#)

Programa de Pós-Graduação/Course
PPGCC - UFRJ

Doutor/Ph.D. Claudia Ferreira da Cruz

[0000-0001-5238-2029](#)

Programa de Pós-Graduação/Course
PPGCC - UFRJ

Doutor/Ph.D. Marcelo Alvaro da Silva Macedo

[0000-0003-2071-8661](#)

Programa de Pós-Graduação/Course
PPGCC - UFRJ

Doutor/Ph.D. Odilanei Moraes dos Santos

[0000-0002-4897-8353](#)

Programa de Pós-Graduação/Course
PPGCC - UFRJ

Resumo/Abstract

Esta pesquisa objetiva analisar como a representação ideológica influencia a condição fiscal dos municípios brasileiros. A partir da Teoria dos Ciclos Políticos, avaliou-se como a ação partidária afeta a condução de governos locais e como a estrutura fiscal e orçamentária pode ser gerida nos moldes dos Ciclos Político-Orçamentários. Tendo em vista as particularidades da arena política nacional, uma avaliação abrangente da condição fiscal foi desenvolvida durante dois ciclos políticos completos, permitindo observar que os partidos, localizados em diferentes posições ao longo do continuum ideológico, explicam diferentes aspectos da gestão fiscal municipal, sinalizando que categorias da



estrutura orçamentária podem ser mobilizadas visando o alcance de retornos favoráveis nas urnas e que os cidadãos retribuem de formas distintas a responsabilidade fiscal em períodos eleitorais. Ao trazer a ideologia para o centro da investigação, esta pesquisa permite que a ação partidária seja compreendida em maior nível de detalhe, contribuindo com as avaliações partidárias nos ciclos políticos e com as pesquisas que introduzem elementos ideológicos na análise fiscal.

Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

Área Temática/Research Area

Contabilidade e Setor Público (CSP) / Accounting and Public Sector

Política Partidária e Gestão Fiscal no Brasil: as Ideologias Importam?

Resumo: Esta pesquisa objetiva analisar como a representação ideológica influencia a condição fiscal dos municípios brasileiros. A partir da Teoria dos Ciclos Políticos, avaliou-se como a ação partidária afeta a condução de governos locais e como a estrutura fiscal e orçamentária pode ser gerida nos moldes dos Ciclos Político-Orçamentários. Tendo em vista as particularidades da arena política nacional, uma avaliação abrangente da condição fiscal foi desenvolvida durante dois ciclos políticos completos, permitindo observar que os partidos, localizados em diferentes posições ao longo do continuum ideológico, explicam diferentes aspectos da gestão fiscal municipal, sinalizando que categorias da estrutura orçamentária podem ser mobilizadas visando o alcance de retornos favoráveis nas urnas e que os cidadãos retribuem de formas distintas a responsabilidade fiscal em períodos eleitoreiros. Ao trazer a ideologia para o centro da investigação, esta pesquisa permite que a ação partidária seja compreendida em maior nível de detalhe, contribuindo com as avaliações partidárias nos ciclos políticos e com as pesquisas que introduzem elementos ideológicos na análise fiscal.

Palavras-chave: Teoria dos Ciclos Políticos, Gestão Fiscal, Partidarismo, Ideologia.

1. Introdução

A Teoria dos Ciclos Políticos busca compreender a tomada de decisão dos partidos políticos e dos eleitores em um ambiente democrático (Downs, 1957, 1999). A partir dos incentivos que delineiam a forma como os governos são conduzidos, os partidos podem explorar aspectos macroeconômicos (Nordhaus, 1975; MacRae, 1977) ou utilizarem assimetrias de informações (Rogoff, & Sibert, 1988; Rogoff, 1990) para gerar benefícios sociais de curto prazo que ampliem o alcance de retornos favoráveis nas urnas.

Como os grupos eleitorais são diversos e possuem múltiplas preferências sobre as ações governamentais, a busca pela representação leva as agremiações a alinharem suas decisões às expectativas de grupos que lhes garantam o maior número de votos (Hibbs, 1977, 1992). Esse processo pode ser verificado pelo manejo de variáveis econômicas (Alesina, 1987, 1989; Alesina, & Sachs, 1988) e pelo uso discricionário da estrutura fiscal e orçamentária (Alesina, Cohen, & Roubini, 1993; Magkonis, Zekente, & Logothetis, 2021).

A utilização oportunista da estrutura fiscal está associada à alocação sistematizada do gasto público nas categorias de maior visibilidade (Klein, & Sakurai, 2015; Queiroz, 2015), ou por sua expansão estratégica em períodos de evidência política (Sakurai, 2005; Nakaguma, & Bender, 2010; Gama Neto, 2019), ampliando a ocorrência de déficits orçamentários e a insustentabilidade das finanças públicas. Nesse debate, a ideologia partidária e a representação simbólica ficam às margens das discussões impossibilitando indicar de forma abrangente a influência dos partidos na gestão dos recursos públicos (Sakurai, 2009; Sakurai, & Menezes-Filho, 2011; Gouvêa, & Girardi, 2019; Bartoluzzio, & Anjos, 2020).

A partir dessas interlocuções, buscou-se responder a seguinte questão problema: como as ideologias partidárias influenciam a responsabilidade fiscal nos municípios brasileiros? Visualizando a relação entre ciclos oportunistas e a ação partidária (Manjhi, & Mehra, 2019), uma releitura da Teoria dos Ciclos Políticos foi desenvolvida com foco no partidarismo e na ideologia (Downs, 1957, 1999) para uma avaliação que leve em consideração a singularidade da dinâmica política do Brasil (Zucco Jr., 2011; Carreirão, 2014; Rebello, 2015; Salles, & Guarnieri, 2019). Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo analisar como as ideologias partidárias influenciam a responsabilidade sobre a gestão fiscal nos municípios brasileiros.

Além da lacuna teórica mencionada, esta investigação se justifica porque a literatura que analisa questões partidárias nos ciclos políticos normalmente se baseia em ambientes políticos bipartidários com ideologias bem consolidadas (Hibbs, 1977; Alesina, 1987; 1988). Tais elementos não se aplicam ao Brasil, que é marcado pelo pluripartidarismo e pelos estilos individuais de representação (Salles, & Guarnieri, 2019).

Essas pesquisas também se baseiam nas premissas do Ciclo Político-Econômico, a partir da perspectiva de Nordhaus (1975). Neste estudo, a tomada de decisão dos partidos políticos é analisada com base no Ciclo Político-Orçamentário (Rogoff, & Sibert, 1988; Rogoff, 1990), o que permite avaliar as decisões ideológicas em outra perspectiva.

Por fim, buscou-se desenvolver uma análise abrangente da condição fiscal municipal com base na utilização das medidas operacionalizadas no Índice Firjan de Gestão Fiscal, nos limites impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal e pela utilização dos indicadores propostos por Vicente e Nascimento (2012), a partir dos quais sugerem discutir sobre os Ciclos Político-Contábeis, o que permite ampliar as discussões sobre comportamento fiscal e introduzir elementos ainda pouco explorados nas pesquisas que envolvem a temática: a ideologia.

Os achados sinalizam que o comportamento fiscal do contexto subnacional brasileiro pode ser compreendido a partir de aspectos ideológicos do comportamento partidário e que avaliações consistentes podem ser desenvolvidas a partir das informações fiscais e orçamentárias e pela composição da despesa pública nos moldes dos Ciclos Político-Orçamentários.

2. Revisão da Literatura

2.1 Teoria dos Ciclos Políticos na Perspectiva Partidária

A Teoria dos Ciclos Políticos (TCP) aborda como os partidos e eleitores tomam decisões em um ambiente democrático (Downs, 1957). Para Downs (1957), o principal objetivo dos partidos políticos é a maximização do número de votos nas eleições, sendo a função social do governo subproduto de ambições particulares como renda, prestígio e poder. Como preconiza Downs (1999, p. 50), “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas”.

Na TCP os partidos representam a coalizão de homens que se organizam livremente para vencer a disputa eleitoral e controlar o aparato do Estado (Downs, 1999). Como “a principal meta de todo partido é ganhar eleições”, esses grupos estruturam políticas que ampliem a maior quantidade de votos possível, alinhando a ação governamental ao modo como as pessoas tomam decisões eleitoreiras (Downs, 1999, p. 56).

Isso significa que os partidos podem vincular as ações do governo às preferências de grupos sociais, relacionando a atividade política à ideologia (Downs, 1999). Como os eleitores acessam informações parciais e dispendiosas, as agremiações diminuem os custos informacionais por meio da definição de projetos com capacidade de representação ideológica, otimizando a decisão de voto (Downs, 1957).

A partir dessas ideias, as análises da TCP se debruçaram em compreender as preferências macroeconômicas de curto prazo dos votantes (Nordhaus, 1975; MacRae, 1977), além de explorar assimetrias de informações entre incumbentes e eleitores por meio de variáveis orçamentárias (Rogoff, & Sibert, 1988; Rogoff, 1990).

Na perspectiva do Ciclo Político-Econômico, uma associação dinâmica entre inflação e desemprego é utilizada para gerar um ambiente favorável aos eleitores no curto prazo. Como os cidadãos são míopes às ações mais recentes e receptíveis ao pleno emprego, uma política expansionista é incentivada em períodos eleitoreiros. Após as eleições, ações restritivas são aplicadas para controlar os níveis de inflação, gerando um ciclo (Nordhaus, 1975).

Nesse ambiente, Hibbs (1977) verifica que os grupos sociais possuem preferências distintas sobre a política econômica, estando as classes mais pobres alinhadas a uma ação expansionista, enquanto as mais ricas valorizam a estabilidade nas taxas de inflação. Como o voto ideológico reduz custos informacionais, os partidos de esquerda propõem ações que viabilizem o pleno emprego, enquanto os de direita adotam políticas fiscais restritivas visando a estabilidade dos preços. Por fim, uma relação dinâmica entre a inflação e o desemprego pode ser adotada com o objetivo de alcançar o eleitor mediano (MacRae, 1977).

Contribuindo a esse debate, Alesina (1987) observa que os eleitores aprendem com os ciclos eleitorais e que a decisão de voto é tomada racionalmente, tendo a ideologia um papel chave no processo de representação. Isso revela que os partidos possuem preferências claras sobre a economia e agem para suprir as expectativas de curto prazo do seu grupo eleitoral (Alesina, & Sachs, 1988; Alesina, 1989), havendo uma diferença empiricamente observável entre as estratégias ideológicas adotadas (Hibbs, 1992).

Mais tarde, as pesquisas relacionadas ao Ciclo Político-Orçamentário consideram os eleitores como agentes que tomam decisões racionais, sendo o ciclo político resultado da assimetria temporária de informação entre eleitores e governantes (Rogoff, & Sibert, 1988; Rogoff, 1990). Para Rogoff (1990), os partidos possuem informações antecipadas sobre o desempenho da gestão na promoção de bens e serviços públicos e divulgam apenas aquelas que sinalizam o manejo na condução do Estado.

Essa sinalização, aliada à tentativa dos partidos expressarem compatibilidade com as preferências fiscais dos cidadãos, afeta especialmente o volume de recursos alocados em períodos estratégicos e a composição da despesa pública, levando o debate para variáveis orçamentárias, como as categorias econômicas da despesa e os gastos de consumo do governo (Eslava, 2005; Drazen, & Eslava, 2010).

Entre as avaliações empíricas, a literatura sinaliza que os partidos de esquerda são mais suscetíveis a déficits fiscais (Alesina, Cohen, & Roubini, 1993), mas os resultados ainda são diversos (Cusack, 1999; Imbeau, 2004), pois as avaliações precisam considerar as especificidades de cada país e as restrições legais impostas contextualmente (Kneebone, & McKenzie, 2001). Ainda assim, as pesquisas apontam a relação temporal entre os ciclos oportunistas e partidários (Manjhi, & Mehra, 2019) e a relação entre a ideologia e os gastos do governo (Magkonis, Zekente, & Logothetis, 2021), ambiente em que essa pesquisa se situa.

2.2 Gestão Fiscal, Incentivos e Ciclos Político-Orçamentários

Os incentivos nos Ciclos Político-Orçamentários podem ser representados de duas formas: (1) pela expansão da despesa pública em períodos estratégicos; e (2) pela alteração na sua composição para as áreas que os eleitores possuem maior empatia.

A expansão da despesa pública está atrelada ao incentivo que os políticos possuem em sinalizar competência aos cidadãos em períodos eleitorais (Block, 2002; Shi, & Svensson, 2006; Veiga, & Veiga, 2007). Com a expansão da despesa pública em áreas finalísticas, os eleitores avaliam suas decisões com base no volume de bens e serviços recebidos e só tomam conhecimento das consequências fiscais em um período subsequente (Rogoff, 1990).

Na manipulação da despesa pública, os votantes são simpáticos a determinados gastos e os governantes podem alterar a sua estrutura para sinalizar que compartilham das mesmas preferências fiscais dos eleitores (Drazen, & Eslava, 2010). Essa mudança acontece especialmente por meio da valorização das despesas com investimentos associadas a projetos de infraestrutura visíveis à população (Eslava, 2005; Veiga, & Veiga, 2007; Vergne, 2009). Ressalta-se que essa alteração pode não ser acompanhada de uma deterioração na condição fiscal.

Isso porque os eleitores podem punir a expansão desenfreada da despesa pública nos períodos eleitorais em decorrência do conservadorismo fiscal (Peltzman, 1992). Nesse sentido, haverá uma tentativa de expandir os gastos em determinadas áreas, enquanto outras serão retraídas, mantendo o equilíbrio orçamentário e evitando déficits globais pelo impacto negativo que podem exercer sobre os eleitores (Brender, 2003; Eslava, 2005; Vergne, 2009; Drazen, & Eslava, 2005; Brender, & Drazen, 2008).

No Brasil, as contribuições dialogam com o que foi desenvolvido pela literatura internacional. Expansões na despesa pública em períodos eleitorais são observadas e estão associadas às chances de reeleição dos políticos (Sakurai, 2005; Nakaguma, & Bender, 2010;

Sakurai, & Menezes-Filho, 2011; Gama Neto, 2019), desde que dentro dos limites de déficits considerados aceitáveis pelos eleitores (Klein, 2010). Manipulações na composição da despesa também foram observadas, havendo uma valorização nos gastos em áreas finalísticas em períodos eleitorais (Sakurai, & Menezes, 2008; Klein, & Sakurai, 2015; Queiroz, 2015).

As pesquisas que incorporam discussões ideológicas ainda são incipientes e sinalizam resultados diversificados, como a influência partidária na alocação dos recursos públicos (Sakurai, 2009; Gouvêa & Girardi, 2019), no equilíbrio orçamentário (Sakurai, & Menezes-Filho, 2011; Gonçalves, Funchal, & Bezerra-Filho, 2017), e na responsabilidade fiscal (Bartoluzzio, & Anjos, 2020).

Dado o caráter exploratório desta pesquisa e a influência que aspectos contextuais e institucionais exercem nas avaliações partidárias (Tarouco, 2010), a investigação está estruturada em uma hipótese central: (H1) os partidos políticos distinguem-se entre si ideologicamente visando representar diferentes grupos eleitorais, lidando de formas distintas com a gestão fiscal subnacional. Alinhada a essa hipótese, considera-se as avaliações empíricas sinalizando (H1a) os governos de esquerda como os mais propensos a ações expansionistas, afetando a condição fiscal (Alesina, Cohen, & Roubini, 1993).

2.3 Ideologia, Partidos Políticos e a Dinâmica da Política Brasileira

Compreende-se por ideologia a “base das representações sociais compartilhadas pelos membros de um grupo” (Van Dijk, 1999, p. 21). Para Van Dijk (1999), a ideologia é um sistema de crenças que possibilita a organização dos sujeitos participantes de uma comunidade, oportunizando a ação coordenada dos seus membros.

Por meio da organização das crenças sociais, a ideologia viabiliza a definição da identidade dos seus participantes e a articulação dos interesses compartilhados, viabilizando a ação social (Van Dijk, 1998). No ambiente político, as ideologias auxiliam a compreender o comportamento dos partidos e eleitores, simplificando os valores que operam na dinâmica política e concentrando as convicções entre os participantes (Jorge, Faria, & Silva, 2020).

A identificação ideológica também é necessária para a *accountability* eleitoral na relação contemporânea entre o Estado e a sociedade, pois os partidos carregam atributos simbólicos que servem para diferenciar políticos e eleitores (Power, & Zucco Jr., 2009; Tarouco, & Madeira, 2013a). Para introduzir o debate ao contexto brasileiro, é necessário discutir as especificidades nacionais e a viabilidade de importar os conceitos desenvolvidos em outros ambientes históricos (Tarouco, & Madeira, 2013a).

Isso porque as lógicas atuais ultrapassam a dicotomia inerente à intervenção econômica, englobando o neoconservadorismo e as discussões pós-materialistas, como a etnicidade, a religiosidade e o ambientalismo (Tarouco, & Madeira, 2013a, 2013b). Somam-se a essas pautas a alta fragmentação, as disparidades regionais da estrutura federativa e o sistema ideológico inconsistente (Silva et al., 2013).

Ainda assim, a discussão ideológica aqui proposta está longe de se esgotar. Os resultados empíricos são diversos, indicando o enfraquecimento da identificação partidária e a baixa capacidade de distinção entre as agremiações em alguns contextos (Kinzo, 2005) e a forte reconhecimento em outros (Figueiredo et al., 2002), sinalizando que não é possível rejeitar a influência da política partidária nas decisões de voto e a capacidade dos partidos estruturarem o ambiente competitivo (Silva et al., 2013; Faganello, & Fernandes, 2018).

No Brasil, dois problemas favorecem a incoerência ideológica: as coligações eleitorais e as migrações partidárias (Carreirão, 2014). É recorrente a coalizão de partidos com posições ideológicas diversas se predispondo à formação de grupos com identidades incongruentes (Zucco Jr., 2011; Tarouco, & Madeira, 2015). A migração partidária também está cada vez mais recorrente, popularizando a formação de partidos com ecletismo ideológico (Carreirão, 2014).

Além da formação dos grupos de coalizão, a entrada de governos minoritários prejudica a noção de incumbência e a *accountability* eleitoral (Rebello, 2015). Os eleitores enfrentam dificuldades em culpabilizar os políticos em virtude da personalização do voto na política subnacional e pela ausência de informações que permitam reconhecer quem é o governo e o partido a ele atrelado. Para superar essa dificuldade, mais informações precisam ser compartilhadas para ampliar a evidência da responsabilidade, oportunizando a responsabilização (Rebello, 2015).

No nível municipal esse contraste se amplia, pois o clientelismo, os estilos individuais de representação e as desigualdades sociais prejudicam a capacidade de *accountability* (Salles, & Guarnieri, 2019). Soma-se ainda o fato de parcela da população brasileira não saber o que representa a “esquerda” e a “direita” mesmo para partidos amplamente debatidos pela opinião pública (Tarouco, Vieira, & Madeira, 2015).

Outro problema é que os partidos podem adotar a estratégia “*catch-all*”, perdendo o vínculo ideológico (Rebello, 2015; Bolognesi, Babireski, & Maciel, 2019) para se aproximar do eleitor mediano nos municípios (Salles, & Guarnieri, 2019). Conforme Rebello (2015), na atualidade o voto é considerado uma ferramenta limitada à produção de governos, pois os políticos são vistos como gerenciadores da máquina pública e a decisão eleitoral ocorre de forma retrospectiva, diminuindo a representatividade ideológica das eleições.

Metodologicamente, as agremiações podem ser classificadas de diversas formas: (a) por especialistas, (b) seus próprios membros, (c) eleitores, (d) seus discursos e programas de governo, (e) projetos de lei e políticas públicas apresentadas, (f) comportamento em votações nominais, e (g) por sua composição social (Dalton, & McAllister, 2015; Jorge, Faria, & Silva, 2020). Essa tarefa é essencialmente abstrata, pois as avaliações englobam apenas as manifestações empiricamente observáveis (Tarouco, & Madeira, 2013a, 2013b, 2015).

Alguns métodos podem ser empregados para esse fim e se posicionam em dois grandes grupos: (1) o da identificação partidária e (2) o da identificação externa. A principal diferença entre ambos é que o primeiro utiliza critérios baseados na autoidentificação do partido, que pode ser verificada através de questionários e pela análise de conteúdo dos documentos partidários, como programas (Tarouco, & Madeira, 2013b; Salles, & Guarnieri, 2019) e manifestos (Tarouco, Vieira, & Madeira, 2015). Já a avaliação externa envolve a análise da atuação dos sujeitos, a percepção da opinião pública e a categorização desenvolvida por especialistas (Tarouco, & Madeira, 2013a, 2015; Bolognesi, Babireski, & Maciel, 2019).

As classificações podem se basear na dicotomia esquerda-direita (Zucco, & Power Jr., 2009) ou se dividirem em mais de dois posicionamentos (Amaral, & Pinho, 2017). A perspectiva esquerda-direita geralmente se apoia em uma classificação prévia já consolidada na literatura, enquanto a criação de mais de duas categorias incorpora elementos como atitudes, opiniões e posicionamentos (Tarouco, & Madeira, 2013a).

Parte da literatura reconhece que a terminologia esquerda-direita possui pouca capacidade de explicar o comportamento partidário (Silva et al., 2013) e que os conceitos que fundamentam as classificações variam significativamente ao longo do tempo (Tarouco, Vieira, & Madeira, 2015). Para Bobbio (1995), os termos “direita” e “esquerda” representam ações políticas conflituosas, consideradas expressões excludentes e exaustivas.

Não basta simplificar as ideologias em categorias, é necessário compreender que elas representam ideias, valores e interesses contrapostos da sociedade. Nesse continuum, existem posições intermediárias situadas entre os dois extremos que “não é nem direita nem esquerda, mas está entre uma e outra”, buscando um espaço entre ambas (Bobbio, 1995, p. 37-38).

Logo, os partidos podem ocupar uma região central (Jorge, Faria, & Silva, 2020). Denominada de “centro”, essa posição permite que novas categorias sejam propostas para indicar a distância dos partidos em relação aos extremos, levantando a discussão sobre “centro-

esquerda”, “centro-direita” e “esquerda e direita moderadas” (ver Silva et al., 2013). Isso porque os partidos podem se movimentar dentro da escala ideológica apresentando programas com diferentes posições ao longo das eleições (Bolognesi, Babireski, & Maciel, 2019; Jorge, Faria, & Silva, 2020).

No Brasil, Zucco e Power Jr. (2009) sinalizam que a ordenação ideológica permanece consideravelmente estável, permitindo uma descrição consistente dos partidos. Algumas vantagens dessas classificações podem ser ressaltadas, como a possibilidade de analisar trajetórias, compreender os valores representativos da arena política e desenvolver a identificação ideológica (Silva et al., 2013; Bolognesi, Babireski, & Maciel, 2019).

Ainda assim, salienta-se que as particularidades do contexto brasileiro podem influenciar o ordenamento sinalizado por Zucco e Power Jr. (2009), como o nível de institucionalização partidária e a flexibilidade das regras políticas (Hott, & Sakurai, 2020). Além disso, a capacidade dos partidos organizarem eleições competitivas, apresentarem candidatos e permanecerem na atividade política ainda gera um debate consistente que precisa ser levado em consideração (Tarouco, 2010).

3. Metodologia

3.1 Seleção da Amostra

A amostra de municípios foi obtida por meio de uma seleção estratificada proporcional. Os municípios foram alocados em sete estratos com base na sua dimensão populacional e escolhidos aleatoriamente considerando um erro amostral de 5% e um nível de confiança de 95%, totalizando 360 gestões.

Tabela 1 – Seleção da amostra.

Estratos	Habitantes	Quantidade de Municípios	Amostragem	Margem	Municípios Analisados
I	$> 1 \leq 5.000$	1.235	80	9	89
II	$> 5.000 \leq 10.000$	1.215	78	12	90
III	$> 10.000 \leq 20.000$	1.352	87	13	100
IV	$> 20.000 \leq 50.000$	1.103	71	14	85
V	$> 50.000 \leq 100.000$	355	23	7	30
VI	$> 100.000 \leq 500.000$	268	18	7	25
VII	> 500.000	42	3	3	6
Total		5.570	360	65	425

Nota: A formação dos estratos foi baseada no plano amostral utilizado pela Escala Brasil Transparente 3.0 (CGU).

Levando em consideração a problemática envolvendo a ausência de dados governamentais, a quantidade de municípios foi acrescida em aproximadamente 18%, somando 425 observações. Essa forma de seleção foi adotada para englobar a pluralidade socioeconômica e política do contexto brasileiro, permitindo análises mais abrangentes.

3.2 Mensuração dos Ciclos Políticos

O ciclo político é o mandato eleitoral de quatro anos, período em que os partidos conduzem as atividades do Estado e que eleições acontecem para que o eleitorado decida sobre a manutenção do grupo em atividade. Nessa pesquisa, a análise engloba dois ciclos políticos entre 2006 e 2016, período que abrange três anos eleitorais (2008, 2012 e 2016).

3.3 Classificação da Ideologia Partidária

A classificação dos partidos políticos foi obtida da padronização de Power e Rodrigues-Silveira (2019), que evidenciam a posição ideológica de cada agremiação ao longo de treze ciclos eleitorais. Os autores coletaram informações das Pesquisas Legislativas Brasileiras (BLS) para analisar a autoimagem da classe política ao longo dos anos, permitindo (a) avaliar

a ideologia de cada partido em cada um dos ciclos políticos; e (b) observar as diferentes posições ideológicas ao longo das eleições.

O indicador vai de (-1) extrema-esquerda à (+1) extrema direita, sendo (0) o valor de referência para os grupos de centro. Cinco intervalos com distâncias equivalentes foram criados na escala de Power e Rodrigues-Silveira (2019) para classificar os partidos nas categorias ideológicas propostas por Bolognesi, Babireski e Maciel (2019), sendo elas: extrema-esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e extrema-direita.

As classificações podem ser verificadas na Figura 1:

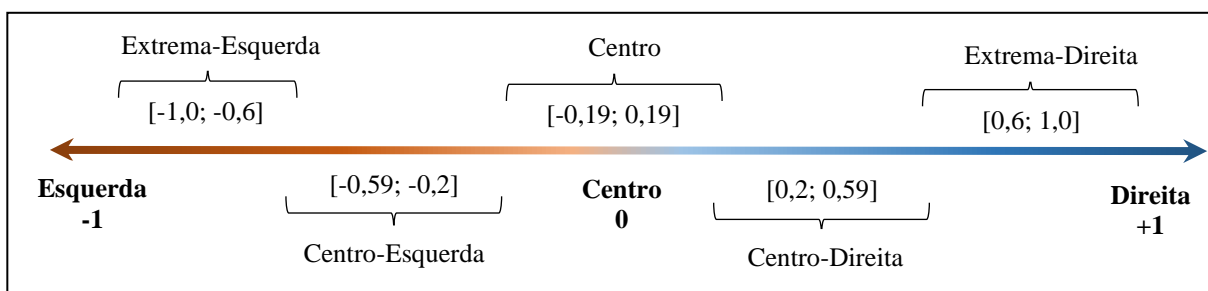


Figura 1: Intervalos definidos para os grupos ideológicos.

Nota: Os partidos foram categorizados em cada ano eleitoral (2008, 2012 e 2016) para representar a posição ideológica durante o ciclo político seguinte. Fonte: Elaboração própria.

Essa estratégia foi aplicada porque os especialistas são mais bem informados, conhecem a literatura adequada e possuem expertise em atividades de especificação (Bolognesi, Babireski, & Maciel, 2019). Além disso, as pesquisas reconhecem o BLS como capaz de representar a posição ideológica dos partidos contextualmente, sendo um projeto coletivo de cientistas políticos para analisar a autoimagem da classe política brasileira (Power, & Zucco Jr., 2009, 2012; Tarouco, & Madeira, 2013b, 2015)

3.4 Indicadores da Gestão Fiscal

A condição fiscal dos municípios está representada em três aspectos: (1) do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), (2) dos limites para o gasto público com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e (3) do conjunto de indicadores relacionados aos Ciclos Político-Contábeis.

Tabela 2 – Indicadores fiscais analisados.

Painel A - Índice Firjan de Gestão Fiscal

O IFGF é um indicador desenvolvido pelo Sistema Firjan com o objetivo de analisar a condição fiscal dos entes subnacionais no Brasil. O índice é composto por cinco subindicadores que avaliam: a competência na arrecadação, o grau de rigidez do orçamento, a capacidade de investimento, a suficiência de caixa e o custo da dívida (IFGF, 2016).

Indicador	Operacionalização
Receita Própria	(Receita Própria ÷ RCL)
Gasto com Pessoal	(Gasto com Pessoal ÷ RCL)
Investimentos	(Investimentos ÷ RCL)
Liquidez	(Caixa – Obrigações Em Circulação) ÷ (RCL)
Custo da Dívida	(Juros e Amortizações ÷ RCL)

Fonte: IFGF (2016). Nota: RCL – Receita Corrente Líquida.

Após a mensuração dos indicadores os municípios são classificados em quatro categorias: (1) Gestão de Excelência (acima 0,8 pontos), (2) Boa Gestão (entre 0,6 e 0,8 pontos), Gestão em Dificuldade (entre 0,4 e 0,6 pontos) e Gestão Crítica (inferiores a 0,4 pontos). Os quatro primeiros indicadores possuem peso de 22,5% sobre o IFGF Geral, já o Custo da Dívida soma 10% da nota pelo baixo grau de endividamento dos municípios. O período de análise do IFGF é de 2006 a 2016.

Painel B - Indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal

A LRF é uma norma que auxilia o planejamento das atividades do governo para consolidar o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização (Cruz, & Afonso, 2018). Para a avaliação normativa são considerados os gastos que envolvem: despesa com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias, operações de créditos e antecipação de receita.

Indicador	Limite (%) da RCL	Cálculo da Margem
Despesa com Pessoal	54%	$(0,54 - \text{Despesa com Pessoal/RCL}) \div 0,54$
Dívida Consolidada Líquida	120%	$(1,2 - \text{Dívida Consolidada/RCL}) \div 1,2$
Concessão de Garantias	22%	$(0,22 - \text{Garantias/RCL}) \div 0,22$
Operações de Crédito	16%	$(0,16 - \text{Operações de Crédito/RCL}) \div 0,16$
Antecipação de Receita	7%	$(0,07 - \text{Antecipação de Receita/RCL}) \div 0,07$

Fonte: Margem adaptada de Cruz e Afonso (2018). Nota: RCL – Receita Corrente Líquida.

As análises abrangem os gastos percentuais para cada indicador e as margens sobre os limites impostos na LRF. A margem indica a distância dos municípios em relação aos percentuais impostos para cada categoria, indicando que quanto mais distante do teto estiver a gestão, maior o nível de responsabilidade fiscal (Cruz, & Afonso, 2018). O período de análise abrange cada um dos anos eleitorais (2008, 2012 e 2016).

Painel C - Indicadores dos Ciclos Político-Contábeis

Vicente e Nascimento (2012) sinalizam que as informações contábeis podem evidenciar a política fiscal do governo, sendo a análise dos demonstrativos capaz de expor distorções relacionadas aos ciclos políticos. Nove dos treze indicadores apontados pelos autores foram reduzidos em 4 dimensões latentes por meio da Análise Fatorial Exploratória (AFE), sendo elas:

Dimensões Latentes Geradas pela AFE	
(Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária) (Receita Orçamentária Corrente/Despesa Orçamentária Corrente) (Receita com Dívida Ativa/Saldo da Dívida Ativa)	Habilidade Orçamentária
(Despesa com Pessoal/Despesa Orçamentária) (Despesa com Investimento/Despesa Orçamentária)	Capacidade de Investimento
(Saldo de Caixa Acumulado no Ano) (Receita Tributária/Receita Orçamentária)	Economia Arrecadatória
(Transferências Voluntárias da União/Receita Orçamentária) (Transferências Voluntárias dos Estados/Receita Orçamentária)	Alinhamento Intergovernamental

Os fatores foram extraídos com a Análise de Componentes Principais (ACP) e sua quantidade definida pelo Critério da Raiz Latente (≥ 1), sendo os eixos rotacionados com a Varimax. Para a seleção das dimensões latentes, verificou-se a hipótese de nulidade da correlação entre as variáveis através do p-valor do teste de Esfericidade de Bartlett e o nível de correlação parcial entre elas por meio do teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) ($\geq 0,50$) e pelos valores diagonais da matriz de anti-imagem.

Dimensão	Resultado das Premissas da AFE				
	KMO	Bartlett	Anti-Imagem	Comum.	Variância Explicada
Habilidade Orçamentária	0,652	0,000	> 0,593	> 664	83,16%
Capacidade de Investimento	0,500	0,000	> 0,498	> 668	38,22% (71,69%)
Economia Arrecadatória	0,500	0,000	> 0,498	> 668	33,47% (71,69%)
Alinhamento Intergovernamental	0,500	0,000	> 0,500	= 548	54,77%

A significância prática das cargas fatoriais foi analisada por meio das comunalidades (acima de 0,65 para os indicadores das quatro primeiras dimensões e superior a 0,5 para a última). Soma-se ainda o fato de os fatores resultantes possuírem cargas elevadas entre os componentes da matriz rotacionada (acima de 0,8 para os quatro primeiros e maior que 0,7 para o último). E que a capacidade de variância explicada das variáveis originais passa de 70% nas quatro primeiras dimensões e de 50% na última. Esses resultados, aliados à capacidade das novas variáveis auxiliarem na compreensão do tópico proposto, fundamentaram sua utilização e englobam as eleições de 2008, 2012 e 2016.

Fonte: Elaboração própria.

3.4 Estrutura Econométrica

As análises estão estruturadas em três fases complementares no processo de avaliação. Inicialmente são estimados testes de média para os indicadores fiscais ao longo dos ciclos políticos para avaliar se as ideologias se diferem significativamente no período em análise. Em seguida, para verificar a influência dos grupos nos indicadores fiscais, são estimados modelos Tobit com Dados em Painel:

$$\text{Indicadores Fiscais}_{IFGFit} = \alpha + \vartheta' \text{Ideologia}_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde a variável dependente representa os indicadores do IFGF mencionados na Tabela 2 e as independentes compõem *dummies* para os grupos ideológicos mensurados com base em Bolognesi, Babireski e Maciel (2019) na Figura 1. Os modelos foram estimados com efeitos aleatórios dada a sua aplicabilidade em amostras formadas aleatoriamente a partir da população, dispensando a necessidade de obter interceptação individual para cada unidade de corte transversal (Wooldridge, 2020, p. 474).

Por fim, para verificar a influência das variáveis fiscais na probabilidade de recondução dos partidos políticos entre os grupos ideológicos, são estimados modelos Logísticos:

$$\text{Probabilidade de Recondução}_i = \frac{1}{1 + e^{-(\alpha + \Sigma \beta_n \text{Indicadores Fiscais})}}$$

Em que a variável dependente constitui os partidos reconduzidos ao longo das eleições para cada ideologia (extrema-esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e extrema-direita) e as independentes compõem os indicadores fiscais: IFGF, LRF e as dimensões latentes extraídas dos Ciclos Político-Contábeis.

4. Análise dos Resultados

4.1 Avaliação Ideológica dos Ciclos Políticos

A Tabela 3 apresenta as informações sobre o comportamento ideológico-partidário dos municípios da amostra. De maneira geral, ela sinaliza a categorização dos partidos, a ideologia média dos grupos nos ciclos políticos e a representação partidária na política subnacional.

Tabela 3 – Representação ideológica dos partidos políticos nas eleições

Partidos	2008	2012	2016	Partidos	2008	2012	2016	Partidos	2008	2012	2016
DEM	▼	▼	▼	PR	◀	◀	◀	PSL	◀	◀	◀
PCdoB	▲	▲	▲	PRB	◀	◀	◀	PT	▶	▶	▲
PDT	▶	▶	▶	PROS	-	-	**	PTdoB	◀	◀	◀
PHS	▶	▶	▶	PRP	◀	◀	◀	PTB	◀	◀	◀
PMDB	**	◀	◀	PSB	▶	▶	**	PTC	◀	◀	◀
PMN	◀	◀	◀	PSC	◀	◀	◀	PTN	◀	◀	◀
PP	◀	▼	▼	PSD	-	◀	◀	PV	▶	**	**
PPL	-	◀	◀	PSDB	**	◀	◀	REDE	-	-	▶
PPS	**	**	**	PSDC	◀	◀	◀	SD	-	-	**
Ideologia Média nas Categorias Propostas			Participação (%) das Categorias nas Prefeituras da Amostra			Recondução Eleitoral dos Grupos Ideológicos na Amostra					
Grupo	2008	2012	2016	Grupo	2008	2012	2016	Grupo	2008	2012	2016
EE	-0,696	-0,706	-0,652	EE	0,2	0,5	5,9	EE	-	-	-
CE	-0,380	-0,386	-0,452	CE	24,5	26,4	4,7	CE	53	43	8
C	0,077	-0,191	-0,001	C	41,6	5,4	18,6	C	94	11	8
CD	0,367	0,373	0,385	CD	26,4	54,1	57,6	CD	34	67	143
ED	0,682	0,727	0,680	ED	7,3	13,6	13,2	ED	19	8	17

Legenda: ▲ Extrema-esquerda (EE), ▶ Centro-esquerda (CE), ** Centro (C), ◀ Centro-direita (CD), ▼ Extrema-direita (ED). Fonte: Elaboração própria.

O pluripartidarismo pode ser verificado pela participação de 27 agremiações ao longo dos anos, com expressiva atuação dos partidos de centro-direita (15). O grupo que representa a extrema-esquerda obteve a menor participação, indicando que apesar de existirem partidos que movimentam o debate político-eleitoral nesse campo ideológico (PCdoB, PCB, PCO, PSOL e PSTU), a participação ainda resulta em pouco resultado efetivo nas eleições (entre 0,2 e 5,9%).

Os partidos da centro-esquerda e centro-direita apresentaram movimentos similares em direção aos extremos. No entanto, diferentes motivos podem estar influenciando a identificação ideológica entre ambos. A instabilidade política que afeta o país desde 2013 gerou para os partidos de esquerda um cenário de extensa fragilidade (ver Power, & Rodrigues-Silveira, 2019). Como os extremos englobam sujeitos com maior fidelidade eleitoral (Downs, 1999), a guinada dos partidos da centro-esquerda para a extrema-esquerda pode representar uma reafirmação das posições ideológicas para onde há maior segurança na obtenção de votos.

A instabilidade política em um contexto multipartidário também redistribuiu os eleitores no continuum ideológico (Downs, 1999). Essa mobilização pode ser observada de duas maneiras: (1) pela consolidação dos partidos que compõem a centro-direita e o alcance que esse grupo obteve ao longo das eleições; e (2) pela movimentação dos partidos de centro em direção a esse grupo.

Entre 2008 e 2016, a centro-direita chega a ocupar 57,6% das prefeituras analisadas. Esse grupo também apresenta o maior percentual de recondução entre as eleições, mostrando que dos 176 municípios que elegeram um partido do mesmo grupo ideológico, 81% deles eram de centro-direita. Soma-se ainda o fato de que qualquer partido que se posicione no centro irá em direção a um dos extremos para ampliar o número de votos (Downs, 1999), o que explica a ida do PSDB e PMDB para a centro-direita e reafirma as suas posições atuais¹.

Essa mudança influencia o surgimento de novos grupos e a reorganização dos antigos (Downs, 1999). Com a ida dos partidos de centro para a centro-direita, esse espaço passa a ser ocupado por novas agremiações (PROS e SD). Além disso, alguns partidos que estavam na centro-esquerda passam a disputar os votantes do centro, como o PSB e o PV. Por fim, a REDE pode ser pensada como uma agremiação que surge na centro-esquerda para representar perspectivas não suficientemente abarcadas ideologicamente, sendo criada essencialmente para “ganhar eleições” (Downs, 1999, p. 148).

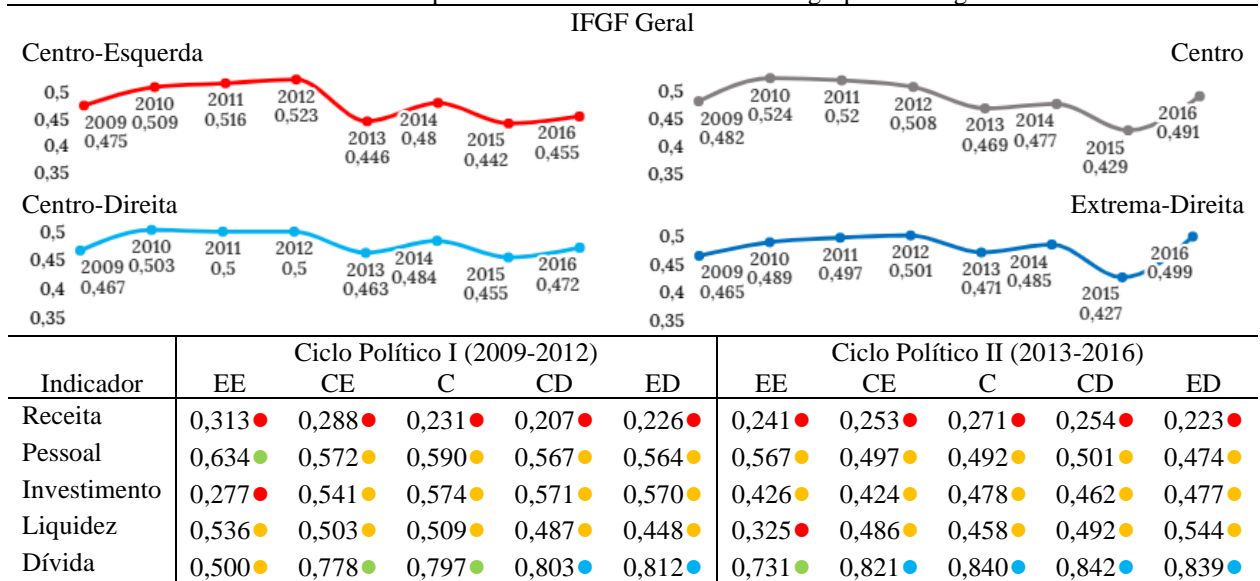
A participação dos grupos ideológicos reforça essa análise, pois entre os anos eleitorais observa-se a expansão e permanência da centro-direita, enquanto a centro-esquerda logra cada vez menos vitórias. Ressalta-se ainda que a extrema-direita atua de forma mais significativa que a extrema-esquerda e que a sua permanência está em patamares superiores à centro-esquerda em 2016. Nesse mesmo ano, a nova organização dos partidos de centro passa a ocupar 18,6% das prefeituras, percentual significativo em relação a 2012 (5,4%).

Essas informações sinalizam que a recente instabilidade política está representada na posição ideológica dos partidos durante os ciclos e que a ampliação do espaço atribuído à centro-direita pode ajudar a compreender a importância da ideologia sobre a gestão fiscal.

4.2 Análise dos Indicadores Fiscais

A Tabela 4 apresenta o comportamento do IFGF (geral e subindicadores) durante dois ciclos políticos completos (2009-2012; 2013-2016). O valor médio de cada variável também é apresentado e as análises estão apoiadas em testes de média (Mann-Whitney – MW) entre ideologias e períodos para auxiliar na interpretação.

¹ O PSDB vai de 0,250 em 2012 para 0,505 na classificação ideológica em 2016. Processo semelhante acontece com o PMDB, que vai de 0,209 para 0,416 entre 2012 e 2016, respectivamente.

Tabela 4 – Comportamento do IFGF com base nos grupos ideológicos

Legenda: ● Gestão Crítica, ● Em Dificuldade, ● Boa Gestão, ● Excelência. Nota: Testes de média (Mann-Whitney - MW) foram aplicados no IFGF Geral em anos pré-eleitoral e eleitoral tomando como ideologia de referência a Centro-Direita.

Os gráficos na parte superior da Tabela 4 mostram como o IFGF Geral se comporta com base nas ideologias. Ressalta-se que a extrema-esquerda foi excluída pela baixa participação no cenário político subnacional, com apenas uma prefeitura no primeiro ciclo político e duas no segundo, destoando significativamente dos demais.

Os resultados apontam que o primeiro ciclo engloba períodos de desenvolvimento da condição fiscal dos municípios, com posições de crescimento e estabilidade nos quatro grupos ideológicos. Já o segundo compreende anos de instabilidade fiscal que refletem o contexto socioeconômico e político do país à época. Os testes de média não ressaltaram nenhum comportamento representativo o suficiente para diferenciar a condição fiscal com base na ideologia, sinalizando que todos os grupos apresentaram Dificuldade ao longo dos anos e que as oscilações observadas no segundo ciclo (2013-2016) são semelhantes, expondo que a fragilidade municipal ao cenário macroeconômico independe da ideologia em mandato.

Entre os demais itens, a capacidade de arrecadação está representada no indicador de Receita Própria e aponta para a situação crítica em todos os grupos ideológicos. Esse resultado reflete a dependência crônica dos municípios pelas transferências intergovernamentais e a vulnerabilidade da estrutura orçamentária frente às condições econômicas que podem afetar o repasse de recursos. Nos níveis observados, o total de receitas geradas não alcança 30% da RCL, refletindo na inflexibilidade orçamentária para atender ao funcionalismo público e na capacidade limitada das prefeituras desenvolverem ações que ampliem a percepção de competência sobre os partidos.

Outro gasto que representa a rigidez do orçamento é a Despesa com Pessoal, atualmente a mais representativa no contexto subnacional. A gestão em Dificuldade para as categorias ideológicas, com exceção da extrema-esquerda, aponta que 50 a 60% da RCL está sendo utilizada para o pagamento de servidores. A despeito do alto comprometimento de receitas, ressalta-se que a LRF legisla especificamente sobre essa categoria, estabelecendo os limites para o executivo municipal e as sanções ao seu descumprimento, como a proibição de transferências voluntárias, obtenção de garantias e contratação de operações de crédito.

Os Investimentos são especialmente relevantes por estarem relacionados aos Ciclos Político-Orçamentários e serem comumente utilizado com fins eleitorais (Rogoff, 1990). A capacidade Difícil e Crítica de alocar recursos que reflitam no bem-estar da população não

diferencia substancialmente um município do outro. Essa perspectiva foi confirmada pelo teste de média, pois a centro-direita (categoria de referência) não aplicou mais recursos como proporção da RCL que as demais ideologias em nenhum dos ciclos políticos, reforçando que todas se encontram com patamares limitados de investimento.

Nível semelhante também é observado para a suficiência de caixa descrita no indicador de Liquidez, que sinaliza a proporção de restos a pagar acumulada em relação aos ativos financeiros disponíveis. O Sistema Firjan destaca o uso sistemático de restos a pagar como estratégia de financiamento da despesa pública, de forma que os municípios utilizam cada vez mais dessa possibilidade para postergar o pagamento das obrigações (IFGF, 2016). Tal procedimento é ainda mais problemático quando os entes não fazem a reserva de recursos financeiros e comprometem o orçamento de períodos seguintes. Os resultados observados demonstram Dificuldade em todos os grupos ideológicos e uma condição crítica para a extrema-esquerda no segundo ciclo (2013-2016).

Por fim, o Custo da Dívida, que representa o comprometimento de receitas líquidas reais para o pagamento de juros e amortizações de empréstimos, é o melhor entre os indicadores analisados, pois as prefeituras apresentam posições confortáveis (entre Bom e Excelente) nos municípios para todas as ideologias. Tal resultado pode ser decorrente das restrições legais impostas na emissão de títulos públicos e o acesso limitado à contratação de dívida em pequenos municípios.

Para complementar a análise, testes de média foram aplicados em períodos ligados aos ciclos políticos (pré-eleitoral e eleitoral) para verificar se existem diferenças entre as estratégias ideológicas na alocação de recursos em Investimentos. No primeiro ciclo, aumentos nessa categoria foram observados para a centro-esquerda (19,5%) [MWp 0,006] e centro-direita (11,8%) [MWp 0,059], levando os grupos de Dificuldade para Boa Gestão. Salienta-se que no ano eleitoral os partidos estão inclinados a elevarem os investimentos para sinalizar competência aos eleitores (Klein, & Sakurai, 2015; Queiroz, 2015), processo que tende a gerar retornos favoráveis nas urnas (Sakurai, & Menezes-Filho, 2011; Gama Neto, 2019).

No segundo, a instabilidade fiscal do período leva a centro-esquerda (-10%) [MWp 0,068] e centro-direita (-12,2%) [MWp 0,017] de volta à capacidade Crítica de Investimento nas eleições de 2016. Destaca-se que esses são os únicos grupos com variações significativas na proporção de volumes aportados e que os demais não sofreram variações representativas. Na contramão dos Investimentos, há uma melhora na capacidade de Liquidez, com destaque para a extrema-esquerda (35,4%) [MWp 0,010], que passa a apresentar Boa Gestão. O gasto com pessoal acompanha esse movimento, com melhora expressiva para a extrema-direita (29%) [MWp 0,005] e centro-direita (10,9%) [MWp 0,012].

Argumentos possíveis para esse comportamento estão ligados às limitações impostas na LRF para o aumento da despesa com pessoal nos últimos seis meses de mandato, além da impossibilidade de contrair obrigações sem cobertura de caixa nos dois últimos quadrimestres do ano eleitoral, o que pode refletir positivamente nos indicadores.

Na Tabela 5 estão os gastos percentuais e as margens sobre os limites impostos na LRF. Complementando a análise anterior, os números indicam que o complicador da condição fiscal municipal é a despesa com pessoal.

Tabela 5 – Gasto sobre os limites impostos na LRF

Despesa com Pessoal												
	2008			2012			2016					
	Margem	Gasto (%) RCL		Margem	Gasto (%) RCL		Margem	Gasto (%) RCL		Margem	Gasto (%) RCL	
EE	-	-		-0,09	58,98		0,08	49,51		0,08	49,51	
CE	0,19	43,27		0,11	47,99		0,06	50,53		0,06	50,53	
C	0,21	42,38		0,09	48,68		0,10	48,08		0,10	48,08	
CD	0,22	42,00		0,10	48,24		0,05	50,88		0,05	50,88	
ED	0,22	42,08		0,08	49,20		0,08	49,52		0,08	49,52	
	Dívida Consolidada			Concessão de Garantias			Operações de Crédito			Antecipação de Receita		
	2008	2012	2016	2008	2012	2016	2008	2012	2016	2008	2012	2016
EE	-	0,99●	0,99●	-	1,00●	1,00●	-	1,00●	1,00●	-	1,00●	1,00●
CE	0,97●	0,99●	0,86●	0,99●	0,98●	0,99●	0,97●	0,94●	0,95●	0,98●	1,00●	0,96●
C	0,95●	0,99●	0,96●	0,98●	0,99●	1,00●	0,98●	0,97●	0,96●	0,95●	1,00●	0,81●
CD	0,96●	0,99●	0,90●	1,00●	1,00●	0,99●	0,99●	0,94●	0,96●	0,86●	1,00●	0,97●
ED	0,95●	0,99●	0,94●	0,99●	0,99●	1,00●	0,97●	0,95●	0,97●	1,00●	1,00●	1,00●

Legenda: Margem igual a 1 (●), Margens entre 90 e 99% (●), Margens entre 80 e 89% (●).

Isso porque nos demais indicadores os municípios alcançaram margens consideráveis em relação aos máximos definidos em norma. Nenhum grupo ideológico obteve percentuais inferiores a 80%, formando um cenário confortável sobre a dívida consolidada, concessão de garantias, operações de crédito e antecipação de receita.

Para a despesa com pessoal o cenário é diferente e aponta ao menos duas tendências: (1) as margens são semelhantes entre as ideologias e (2) mais recursos proporcionais à RCL são demandados pelos governos ao longo dos anos. No primeiro item, observa-se que os grupos estão bem próximos do percentual máximo definido na LRF (54%), com variações entre 42 e 58%, sendo a extrema-esquerda a única a ultrapassar o teto indicado. O teste de média reforça essa interpretação, pois a única diferença representativa em relação à centro-direita (50,8%) foi o centro (48,0%), indicando que os partidos centristas [MWp 0,096] comprometeram menos receitas nessa categoria em 2016.

Para o segundo, a diminuição das margens e a aproximação do limite máximo reflete os períodos de instabilidade ora mencionados, sinalizando que os grupos podem estar dispondo de menos receitas, diminuindo a base de cálculo da RCL, ou ainda que a estrutura municipal está se ampliando sem que haja crescimento na capacidade de obtenção de recursos em paralelo.

Por fim, a Tabela 6 evidencia a média das dimensões latentes extraídas dos indicadores relacionados aos Ciclos Político-Contábeis sugeridos por Vicente e Nascimento (2012).

Tabela 6 – Dados médios das dimensões latentes

Ideologia	Habilidade Orçamentária	Capacidade de Investimento	Economia Arrecadatória	Alinhamento Intergovernamental
EE	-0,1922 ▼	-0,7401 ▼	-0,0266 ▼	-0,2641 ▼
CE	-0,0687 ▼	-0,0238 ▼	0,1782 ▲	-0,0601 ▼
C	-0,0874 ▼	0,1979 ▲	-0,0254 ▼	-0,0497 ▼
CD	0,0336 ▲	-0,2152 ▼	-0,0365 ▼	0,0905 ▲
ED	0,2102 ▲	0,1354 ▲	-0,1357 ▼	-0,0060 ▼
Interpretação	> melhor	> melhor	> melhor	> melhor

Legenda: Melhores Resultados (▲), Resultados Intermediários (▼), Piores Resultados (▼).

A habilidade orçamentária representa a capacidade dos grupos executarem orçamentos equilibrados e desenvolverem estratégias consistentes para arrecadação dos débitos inscritos em dívida ativa. Hibbs (1977) sinaliza que o equilíbrio fiscal é uma das prioridades dos partidos de direita, o que pode ser observado, pois a centro-direita e a extrema-direita possuem as

melhores médias nessa área, sendo elas superiores em relação ao centro [MWp 0,004; 0,002] e à centro-esquerda [MWp 0,083; 0,051].

Já a capacidade de investimento sinaliza a condição das prefeituras direcionarem receitas para as áreas com maior visibilidade eleitoral. O centro e a extrema-direita se destacam com valores indicando uma estrutura orçamentária com melhor capacidade para investir. Nos demais grupos, uma estratégia seria a redistribuição das receitas entre as categorias econômicas da despesa, retraindo os gastos correntes e ampliando os de capital (Klein, & Sakurai, 2015).

Ressalta-se que mesmo a habilidade orçamentária sendo uma característica relevante da centro-direita, a baixa capacidade de investimento pode estar sendo influenciada pelo tamanho do funcionalismo público, já que orçamentos mais comprometidos com gastos obrigatórios deixam menos espaço para a execução de outras despesas.

Além disso, a capacidade limitada de investimento da centro-esquerda e centro-direita pode ser interpretada com os resultados da Tabela 4, pois mesmo essas ideologias possuindo menos condições de investir em períodos eleitorais, acréscimos representativos nessa categoria foram observados em 2012. Para o centro e a extrema-direita, as variações não foram suficientes para gerar uma alteração significativa na variável, o que pode sinalizar a perspectiva oportunista e o prejuízo fiscal das decisões para a centro-esquerda e centro-direita.

A economia arrecadatária representa a capacidade dos municípios pouparem recursos com base na representatividade das receitas tributárias. A retenção de caixa é relevante para compreender os ciclos políticos porque os partidos podem economizar entre os anos visando expandir de forma atípica a despesa no ano eleitoral. Apesar da centro-esquerda apresentar melhor resultado nessa dimensão, não é possível afirmar que a economia seja, em média, superior às demais ideologias. Parte desse comportamento está refletido na baixa capacidade de arrecadação demonstrada pelo indicador de Receita na Tabela 4, ressaltando a fragilidade fiscal dos municípios.

Por último, o alinhamento intergovernamental simboliza o suporte estratégico que as ideologias obtêm através das transferências voluntárias de outras esferas do governo. Apenas a centro-direita apresenta condição positiva, indicando a capacidade do grupo desenvolver alianças e consolidar o apoio eleitoral nos municípios. Tal alinhamento é expressivo em relação aos partidos de centro-esquerda [MWp 0,089], confirmando a sua habilidade de articulação.

4.3 Análise das Estimativas Econométricas

A Tabela 7 apresenta as estimativas do modelo Tobit para evidenciar a relação entre os grupos ideológicos e indicadores fiscais. As equações foram operacionalizadas em duas etapas, elegendo-se a extrema-direita como variável de referência na primeira e a centro-direita na segunda. Esse processo leva em consideração a literatura que aponta a direita como a ideologia que inclui partidos com maior responsabilidade fiscal (Hibbs, 1977, 1992).

Tabela 7 – Estimação do modelo Tobit com Dados em Painel

Grupo de Referência – Extrema-Direita						
	IFGF Geral	Receita Própria	Gasto com Pessoal	Investimento	Liquidez	Custo da Dívida
EE	-0,0938 ⁽¹⁾	-0,0765 ⁽¹⁾	-0,1320 ⁽⁵⁾	-0,1329	-0,0410	-0,1520 ⁽¹⁾
CE	-0,0164 ⁽¹⁾	-0,0033	-0,0618 ⁽¹⁾	-0,0213	0,0037	0,0071
C	0,0113 ⁽⁵⁾	-0,0101 ⁽¹⁾	-0,0015	0,0504 ⁽¹⁾	0,0011	0,0042
CD	-0,0210 ⁽¹⁾	0,0057	-0,0892 ⁽¹⁾	-0,0298 ⁽⁵⁾	0,0129	0,0199 ⁽¹⁾
α	0,4965 ⁽¹⁾	0,2403 ⁽¹⁾	0,6204 ⁽¹⁾	0,5235 ⁽¹⁾	0,4706 ⁽¹⁾	0,7993 ⁽¹⁾
Grupo de Referência – Centro-Direita						
	IFGF Geral	Receita Própria	Gasto com Pessoal	Investimento	Liquidez	Custo da Dívida
EE	-0,0727 ⁽⁵⁾	-0,0823 ⁽¹⁾	-0,0428	-0,1031	-0,0540	-0,1720 ⁽¹⁾
CE	0,0046	-0,0091 ⁽¹⁾	0,0273 ⁽¹⁾	0,0084	-0,0092	-0,0128 ⁽⁵⁾
C	0,0324 ⁽¹⁾	-0,0159 ⁽¹⁾	0,0876 ⁽¹⁾	0,0802 ⁽¹⁾	-0,0117	-0,0156 ⁽¹⁾
ED	0,0210 ⁽¹⁾	-0,0057	0,0892 ⁽¹⁾	0,0298 ⁽⁵⁾	-0,0129	-0,0199 ⁽¹⁾
α	0,4754 ⁽¹⁾	0,2461 ⁽¹⁾	0,5312 ⁽¹⁾	0,4937 ⁽¹⁾	0,4836 ⁽¹⁾	0,8193 ⁽¹⁾

Notas: Os resultados agregam 4.450 observações para cada variável entre 2006 e 2016, sendo as estimações válidas a 1% para o teste Wald ($\text{Prob} > \chi^2$), com exceção do indicador Liquidez nos dois grupos de referência. Para o nível de significância dos coeficientes considerar: (1) significativo a 1% e (5) significativo a 5%.

Nas prefeituras analisadas é possível observar que a extrema-direita apresenta melhor desempenho fiscal para todos os coeficientes significativos em relação à extrema-esquerda e centro-esquerda. Esse resultado abrange: (a) melhor condição fiscal geral, (b) maior autonomia na geração de receitas próprias, (c) menor rigidez orçamentária e (d) menor dispêndio com o pagamento de juros e amortização de empréstimos.

Tais estimativas podem ser analisadas em concomitância com os valores médios das dimensões latentes discutidas na Tabela 6. Isso porque a extrema-direita apresenta maior habilidade nas práticas orçamentárias e dispõe de maior capacidade de investimento (o que é compatível com a capacidade do grupo gerir a estrutura de pessoal). Já os governos centristas apresentam melhores níveis fiscais gerais e maior abertura para investimentos de capital, apesar de sinalizarem menores condições de projetar receitas próprias em relação à extrema-direita.

Ao incluir a centro-direita como grupo de referência, observa-se uma tendência compatível à análise anterior, pois nenhum indicador significativo para a extrema-esquerda e centro-esquerda aponta melhor condição fiscal entre as prefeituras incluídas nessas ideologias. Nesse ponto, ressalta-se a capacidade da centro-direita apresentar: (a) melhor condição fiscal geral, (b) captar mais receitas através da arrecadação própria e (c) gastar menos com encargos de títulos de dívida. Salienta-se que, assim como a extrema-direita, a habilidade orçamentária também constitui uma característica da centro-direita.

Ao relacionar essa discussão com os partidos de centro, verifica-se que esse grupo também possui melhor condição fiscal agregada, apesar da baixa autonomia arrecadatória e do maior gasto com o custo da dívida pública. Ademais, entre as direitas (categorias de referência), verifica-se que os municípios liderados pela extrema-direita apresentaram melhores níveis fiscais gerais, maior capacidade de alocar recursos em investimentos e uma estrutura de pessoal mais compatível às exigências normativas. Já a centro-direita direciona menos recursos nas obrigações estabelecidas com terceiros.

Apesar da baixa autonomia fiscal e da exposição dos municípios ao cenário econômico, as análises reforçam uma tendência sinalizada pela literatura dos Ciclos Político-Econômicos, que aponta as ideologias de direita como as que tratam a responsabilidade fiscal e o equilíbrio das contas públicas como prioridades na condução do Estado (Hibbs, 1977, 1992; Alesina, & Sachs, 1988; Alesina, 1989; Alesina, Cohen, & Roubini, 1993). A despeito desse resultado não ser unânime para todos os indicadores, as análises se mostram razoáveis especialmente ao considerarmos como parâmetro as ideologias de esquerda. Havendo, portanto, uma maior inclinação à responsabilidade fiscal pelos partidos alocados na extrema-direita e centro-direita.

Outro ponto a ser ressaltado é que tais resultados estendem a possibilidade de avaliar ideologicamente a condição fiscal das organizações públicas a partir das premissas dos Ciclos Político-Orçamentários (Rogoff, & Sibert, 1988; Rogoff, 1990), pois decisões estratégicas relacionadas a incentivos político-eleitorais foram observadas e refletem na capacidade dos municípios prestarem serviços de forma planejada e equilibrada, posicionando essa pesquisa junto a estudos correlatos (Nakaguma, & Bender, 2010; Klein, 2010; Klein, & Sakurai, 2015; Queiroz, 2015; Gama Neto, 2019). Além de colaborar com investigações que introduzem na discussão fiscal elementos da ideologia política (Sakurai, 2009; Sakurai, & Menezes-Filho, 2011; Gouvêa, & Girardi, 2019; Bartoluzzio, & Anjos, 2020).

Por último, a Tabela 8 evidencia a probabilidade de recondução eleitoral dos partidos com base nas variáveis fiscais. A chance de manutenção partidária é analisada para os municípios que mantiveram o grupo político (posicionado na mesma categoria ideológica) entre duas eleições sequenciais.

Tabela 8 – Estimação do modelo Logit

Indicador Fiscal	CE	C	CD	ED
IFGF Geral	3,783 ⁽¹⁰⁾	5,032 ⁽¹⁰⁾	-2,255	-3,579
Habilidade Orçamentária	-3,393 ⁽⁵⁾	0,878	0,607	-0,043
Capacidade de Investimento	0,136	-0,076	0,667 ⁽⁵⁾	0,607
Economia Arrecadatória	-0,276	-0,218	-0,623	0,450
Alinhamento Intergovernamental	-0,677 ⁽¹⁰⁾	-0,187	-0,360	0,933 ⁽⁵⁾
Gasto com Pessoal (Margem)	3,049 ⁽⁵⁾	4,145 ⁽⁵⁾	-0,106	-12,429 ⁽⁵⁾
α	-3,532 ⁽¹⁾	-4,845 ⁽¹⁾	-0,258	1,210
Wald	23,05 ⁽¹⁾	28,35 ⁽¹⁾	11,24 ⁽¹⁰⁾	20,17 ⁽¹⁾
R2	13,65	14,80	7,24	29,30
Observações	133	187	155	98
VIF	<2,25	<3,34	<2,15	<5,90

Notas: O grau de significância das variáveis independentes foi avaliado pelo Teste Wald, que se mostra favorável à sua aplicabilidade em níveis entre 1 e 10%. Já a ausência de multicolinearidade foi observada através do Variance Inflation Factor (VIF). Para o nível de significância dos coeficientes considerar: (1) significativo a 1%, (5) significativo a 5% e (10) significativo a 10%

É possível observar que a centro-esquerda e o centro tendem a ser recompensados eleitoralmente pelo aumento da condição fiscal nos municípios. Isso porque a cada variação de uma unidade no IFGF Geral, a razão de chance do partido ser reconduzido aumenta em 4.297% para a centro-esquerda e 15.234% para o centro. Movimento semelhante é verificado para as margens sobre o Gasto com Pessoal, que aumenta chance de permanência em 2.011% e 6.212%, respectivamente.

É relevante destacar a posição negativa do coeficiente que representa a Habilidade Orçamentária e a redução na razão de chance (96,64%) de recondução eleitoral para o aumento de uma unidade no indicador da centro-esquerda. Apesar da relação estabelecida para o IFGF Geral e para os Gastos com Pessoal, que são variáveis mais abrangentes da condição fiscal municipal, essa posição destaca a tolerância dos eleitores de esquerda na geração de orçamentos deficitários e maior compatibilidade a ações expansionistas em períodos eleitorais.

A literatura em Ciclos Político-Orçamentários no Brasil já sinaliza a expansão da despesa pública em períodos de maior evidência política (Sakurai, 2005; Nakaguma, & Bender, 2010; Sakurai, & Menezes-Filho, 2011), sendo essa ação geralmente atrelada à tentativa de sinalização de competência ao eleitorado entre os partidos de esquerda (Alesina, Cohen, & Roubini, 1993). Esse resultado não apenas segue essa tendência, como sinaliza que esse grupo pode contribuir nas discussões sobre conservadorismo fiscal e aceitabilidade de déficits orçamentários (Peltzman, 1992; Drazen, & Eslava, 2005; Klein, 2010).

A centro-direita é valorizada em municípios com melhor capacidade de investimento, indicando que a variação de uma unidade nessa variável aumenta em 95% a razão de chance de permanência no Poder Executivo. Cabe ressaltar que expansões significativas em mais de 11% foram observadas entre os anos pré-eleitoral e eleitoral no indicador de Investimentos do IFGF (ver Tabela 4). Como essa ideologia apresenta a menor capacidade média de investimento na análise das dimensões latentes (-0,2152), aumentos de curto prazo podem estar sinalizando o oportunismo político-eleitoral atrelado à expansão nas áreas finalísticas (Sakurai, & Menezes, 2008; Klein, & Sakurai, 2015; Queiroz, 2015)

Por fim, a habilidade de articulação refletida no alinhamento entre governos apresenta efeito negativo para a centro-esquerda (49,23% menos chance de recondução) e positivo para a extrema-direita (154,24% mais chance), sugerindo que o apoio representado pelas transferências intergovernamentais favorece a chance de permanência da direita nas prefeituras.

Salienta-se que apesar da extrema-direita apresentar condição fiscal de destaque quando comparada às demais ideologias (ver Tabela 7), nenhuma relação significativa entre a melhora fiscal das instituições e a permanência desse grupo foi observada (com exceção do Gasto com

Pessoal, que reduz em 99,99% a razão de chance de recondução pela variação de uma unidade no indicador).

Duas possíveis explicações podem ajudar a compreender esse resultado. A primeira é que os extremos englobam eleitores com preferências bem definidas sobre o comportamento ideológico dos partidos (Downs, 1999), pois espera-se que a direita tenha como prioridade o ajuste fiscal e o equilíbrio das contas públicas (Hibbs, 1977, 1992), sendo essa uma condição primária para os votantes desse grupo. Já a segunda diz respeito à fragmentação do sistema partidário, a formação de coligações incongruentes e a dificuldade dos eleitores avaliarem as ações dos partidos visando a *accountability* eleitoral no Brasil (Carreirão, 2014; Rebello, 2015; Zucco Jr., 2011; Tarouco, & Madeira, 2015).

5. Conclusão

Discutir a gestão fiscal municipal a partir da ideologia partidária constituiu o objetivo central desta pesquisa. Para tanto, uma releitura da Teoria dos Ciclos Políticos foi desenvolvida com base na relação entre a atividade política e ideológica, considerando-se os aspectos singulares que permeiam a dinâmica da política brasileira.

A despeito da exposição dos municípios ao cenário socioeconômico e político e da baixa autonomia dessas instituições na condução do Estado, como observado no segundo ciclo (2013-2016), é possível aceitar a hipótese (H1) de que os partidos posicionados ao longo do continuum ideológico se diferenciam entre si com base na gestão fiscal, sendo essa uma ação relacionada à tentativa de representar diferentes grupos eleitorais (Downs, 1957, 1999).

Os partidos de direita, especialmente aqueles que ocupam a extrema-direita, apresentam melhores condições fiscais gerais, o que abrange maior autonomia na geração de receitas, habilidade na execução de orçamentos mais equilibrados (e menos engessados), maior capacidade de investimento e o dispêndio de menos recursos com juros de dívidas.

Parte dos resultados também confirma uma tendência sinalizada na TCP (H1a) de que os eleitores de esquerda são mais tolerantes a déficits fiscais em períodos eleitorais. Isso porque, além de apresentarem desempenho fiscal inferior à direita, a elaboração de orçamentos deficitários apresenta efeito positivo na recondução dos partidos de centro-esquerda, o que pode favorecer o oportunismo sinalizado em Rogoff (1990) e a geração de ciclos através da execução da despesa pública com base nas premissas dos Ciclos Político-Orçamentários.

Um complemento a essa percepção é a abertura dos eleitores de centro-direita aos investimentos, o que justifica as oscilações observadas entre os períodos pré-eleitoral e eleitoral nessa categoria, mesmo a centro-direita apresentando menor capacidade de incorrer em gastos de capital entre as ideologias. Portanto, as expansões observadas podem representar o oportunismo ligado a alocação discricionária dos recursos entre as categorias da despesa.

Na análise dos resultados eleitorais, observa-se que o centro e a centro-esquerda são as ideologias que tendem a ser recompensadas pela melhora da estrutura fiscal dos municípios. Para a direita esse processo não acontece, o que pode ser compreendido a partir das expectativas dos eleitores sobre as prioridades fiscais, já que a responsabilidade e o equilíbrio com as contas públicas são premissas basilares na condução dos governos de direita (Hibbs, 1977, 1992). Soma-se ainda a dificuldade de responsabilização eleitoral no cenário político brasileiro, marcado pelos estilos individuais de representação e pela personalização do voto (Rebello, 2015; Salles, & Guarnieri, 2019), o que pode explicar parte do comportamento observado.

Por fim, os achados sinalizam a possibilidade de se desenvolver discussões consistentes sobre a gestão fiscal e orçamentária no contexto subnacional brasileiro a partir do diálogo entre a ideologia partidária e os Ciclos Político-Orçamentários. Ampliar essas investigações permite uma melhor compreensão sobre o comportamento fiscal dos partidos e as expectativas dos grupos eleitorais sobre o desempenho observado, tópicos que podem continuar sendo explorados em pesquisas futuras.

Referências

- Alesina, A. (1987). Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *Quarterly Journal of Economics*, 102(3), 651-678.
- Alesina, A. (1989). Politics and business cycles in industrial democracies. *Economy Policy*, 4(8), 55-98.
- Alesina, A., & Sachs, J. (1988). Political parties and the business cycle in the United States, 1948-1984. *Journal of Money, Credit and Banking*, 20(1), 63-82.
- Alesina, A., Cohen, G. D., & Roubini, N. (1993). Electoral business cycle in industrial democracies. *European Journal of Political Economy*, 9, 1-23.
- Bartoluzzio, A. I. S. S., & Anjos, L. C. M. (2020). Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(2), 167-180
- Block, S. A. (2002). Political business cycle, democratization, and economic reform: the case of Africa. *Journal of Development Economics*, 67, 205-228.
- Bobbio, N. (1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Bolognesi, B., Babireski, F. R., & Maciel, A. P. B. (2019). Conhecendo o vazio: congruência ideológica e partidos políticos no Brasil. *Política & Sociedade*, 18(42), 86-116.
- Brender, A. (2003). The effect of fiscal performance on local government election results in Israel: 1989-1998. *Journal of Public Economics*, 87, 2187-2205.
- Brender, A., & Drazen, A. (2008). How do budget deficits and economic growth affect reelection prospects? Evidence from a large panel of countries. *The American Economic Review*, 98(5), 2203-2220.
- Carreirão, Y. S. (2014). O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 14, 255-295.
- Cruz, C. F., & Afonso, L. E. (2018). Gestão fiscal e pilares da lei de responsabilidade fiscal: evidências em grandes municípios. *Revista de Administração Pública*, 52(1), 126-148.
- Cusack, T. (1999). Partisan politics and fiscal policy. *Comparative Political Studies*, 32(4), 464-486.
- Dalton, R. J., & McAllister, I. (2015). Random walk or planned excursion? Continuity and change in the left-right positions of political parties. *Comparative Political Studies*, 48(6), 759-787.
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, 65(2), 135-150.
- Downs, A. (1999). *Uma teoria econômica da democracia* (1a ed). Editora da Universidade de São Paulo.
- Drazen, A., & Eslava, M. (2005). Electoral manipulation via expenditure composition: theory and evidence. *NBER Working Paper 11085*.
- Drazen, A., & Eslava, M. (2010). Electoral manipulation via voter-friendly spending: theory and evidence. *Journal of Development Economics*, 92, 39-52.
- Eslava, M. (2005). Political budget cycles or voters as fiscal conservatives? Evidence from Colombia. *Universidad de Los Andes*, 2005.
- Faganello, M. A., & Fernandes, J. L. M. (2018). Migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2016). *Revista de Sociologia e Política*, 26(66), 101-124.
- Figueiredo, A., Limongi, F., Ferreira, M. P., & Silva, P. H. (2002). Partidos e distribuição espacial dos votos na cidade de São Paulo 1994-2000. *Novos Estudos (Cebrap)*, 64, 153-160.
- Gama Neto, R. B. (2019). Resultado primário e ciclo político-eleitoral nos estados brasileiros (1987-2010). *Dados*, 62(2), 1-32.

- Gonçalves, L. G., Funchal, B., & Bezerra-Filho, J. E. (2017). A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 e 2014. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 462-481.
- Gouvêa, R., & Girardi, D. (2019). Partisanship and local fiscal policy: evidence from Brazilian cities. *UMass Amherst Economics*, 264, 1-37.
- Hibbs Jr., D. (1977). Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, 71(4), 1467-1487.
- Hibbs Jr., D. (1992). Partisan theory after fifteen years. *European Journal of Political Economy*, 8(3), 361-373.
- Hott, H. A. C. F., & Sakurai, S. N. (2020). Party switching and political outcomes: evidence from Brazilian municipalities. *Public Choice*, 1-36.
- IFGF. (2016). Índice Firjan de Gestão Fiscal: ano base 2016. Recuperado de: <https://www.firjan.com.br/ifgf/consulta-ao-indice/>.
- Imbeau, L. M. (2004). Deficits and surpluses in federal states: a review of the public choice empirical literature. *Journal of Public Finance and Public Choice*, 23(3), 2004.
- Jorge, V. L., Faria, A. M. T., & Silva, M. G. (2020). Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 33, 1-44.
- Kinzo, M. D. (2005). Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(57), 65-81.
- Klein, F. A. (2010). Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. *Revista de Administração Pública*, 44(2), 283-337.
- Klein, F. A., & Sakurai, S. N. (2015). Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37, 21-36.
- Kneebone, R., & McKenzie, K. J. (2001). Electoral and partisan cycles in fiscal policy: an examination of Canadian provinces. *International Tax and Public Finance*, 8, 753-774.
- MacRae, D. A. (1977). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, 85(2), 239-263.
- Magkonis, G., Zekente, K. M., & Logothetis, V. (2021). Does the left spend more? An econometric survey of partisan politics. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/obes.12426>
- Manjhi, G., & Mehra, M. K. (2019). Dynamics of political budget cycles. *Italian Economic Journal*, 5, 135-158.
- Nakaguma M. Y., & Bender, S. (2010). Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 64(1), 3-24.
- Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycle. *Review of Economic Studies*, 42(2), 169-190.
- Peltzman, S. (1992). Voters as fiscal conservatives. *The Quarterly Journal of Economics*, 107(2), 327-361.
- Power, J. T., & Zucco Jr., C. (2009). Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication. *Latin American Research Review*, 44(1), 218-246.
- Power, J. T., & Zucco Jr., C. (2012). Elite preferences in a consolidating democracy: the Brazilian legislative surveys, 1990-2009. *Latin American Politics and Society*, 54(4), 1-27.
- Power, J. T., & Rodrigues-Silveira, R. (2019). Mapping ideological preferences in Brazilian elections, 1994-2018: a municipal-level study. *Brazilian Political Science Review*, 13(1), 1-27.
- Queiroz, D. B. (2015). *Composição dos gastos públicos e resultados eleitorais: um estudo nos municípios brasileiros* (Tese de Doutorado). Programa Multiinstitucional e Inter-

- Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - UNB, UFPB e UFRB. Rio Grande do Norte, Brasil.
- Rebello, M. M. (2015). A dificuldade em responsabilizar: o impacto da fragmentação partidária sobre a clareza de responsabilidade. *Revista de Sociologia e Política*, 23(54), 69-90.
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, 80(1), 21-26.
- Rogoff, K., & Sibert, A. (1988). Elections and macroeconomic policy cycles. *Review of Economic Studies*, 55(1), 1-16.
- Sakurai, S. N. (2005). Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. *Estudos Econômicos*, 35(2), 297-315.
- Sakurai, S. N. (2009). Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período de 1990-2002 via dados em painel. *Estudos Econômicos*, 39(1), 39-58.
- Sakurai, S. N., & Menezes-Filho, N. (2011). Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. *Public Choice*, 148, 233-247.
- Sakurai, S. N., & Menezes-Filho, N. A. (2008). Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, 137, 301-314.
- Salles, N., & Guarnieri, F. (2019). Estratégia eleitoral nos municípios brasileiros: componente programático e alinhamento partidário. *Revista de Sociologia e Política*, 27(72), 1-22.
- Shi, M., & Svensson, J. (2006). Political budget cycles: do they differ across countries and why? *Journal of Public Economics*, 90, 1367-1389.
- Silva, D. et al. (2013). Downs vence mais uma vez? Posicionamento ideológico-partidário nas eleições de 2012. *Revista Política Hoje*, 22(1), 206-249.
- Strom, K. (1990). A behavioral theory of competitive political parties. *American Journal of Political Science*, 34(2), 565-598.
- Tarouco, G. S. (2010). Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). *Revista Brasileira de Ciência Política*, 4, 169-186.
- Tarouco, G. S., & Madeira, R. M. (2013a). Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 21(45), 149-165.
- Tarouco, G. S., & Madeira, R. M. (2013b). Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates*, 7(2), 93-114.
- Tarouco, G. S., & Madeira, R. M. (2015). Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. *Civitas*, 15(1), 24-39.
- Tarouco, G. S., Vieira, S., & Madeira, R. M. (2015). Mensuração de preferências políticas: análise de manifestos partidários. *Revista Política Hoje*, 24(2), 135-150.
- Van Dijk, T. A. (1999). *Ideología: una aproximación multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa.
- Veiga, L. G., & Veiga, F. J. (2007). Political business cycles at the municipal level. *Public Choice*, 131(1-2), 45-64.
- Vergne, C. (2009). Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. *European Journal of Political Economy*, 25, 63-77.
- Vicente, E. F. R., & Nascimento, L. S. (2012). A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(14), 102-126.
- Wooldridge, J. M. (2020) *Introductory econometrics: a modern approach* (7a ed). Cengage Learnin.
- Zucco Jr., C. (2011). Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: *O congresso por ele mesmo: autopercepção das classes políticas brasileiras* (p. 37-60). Belo Horizonte; Editora UFMG.